



## MGF PORTUGAL VAI TER RETRATO DE PRÁTICA QUE VIOLA DIREITOS HUMANOS

Pág. 2/3

**África do Sul**  
Estudos  
Portugueses  
em Pretória e  
Witwatersrand

Pág. 2

**Cátedra  
Fidelino  
Figueiredo**  
inaugurada  
na Baía

Pág. 3

**Prémio  
António  
José da Silva**  
23 obras  
a concurso

Pág. 3

**Souto de Moura**  
em Paraty,  
depois de  
Tóquio

Pág. 4

**Companhia  
do TNSJ**  
no Festival  
Tchekov  
de Moscovo

Pág. 4

## Mutilação genital feminina Portugal vai ter retrato de prática que viola direitos humanos

Um estudo epidemiológico sobre a prevalência da mutilação genital feminina (MGF) vai ser realizado em Portugal. Está a decorrer a seleção da equipa que fará o estudo, feita pelas entidades – Fundação para a Ciência e a Tecnologia e Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) – que lançaram um concurso público, cujas candidaturas decorreram entre 20 de março e 30 de abril de 2013.

A primeira vista poderia não fazer muito sentido efetuar um estudo com este objetivo, mas Portugal é país de acolhimento de comunidades de imigrantes de regiões onde esta prática – que coloca antes de mais nada um problema de violação dos direitos humanos e logo depois um problema de saúde pública – é registada pelas estatísticas internacionais.

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) estimam que entre 130-140 milhões de mulheres,

raparigas e meninas tenham sido já submetidas à MGF e que cerca de 3 milhões se encontrem anualmente em risco de lhe serem submetidas. O Parlamento Europeu estima que na Europa vivem cerca de 500 mil mulheres e jovens mutiladas e que, anualmente, cerca de 180 mil estão em risco.

Numa declaração conjunta de 2008 sobre a eliminação da muti-

lação genital feminina, elaborada por uma série de organizações intergovernamentais e do sistema das Nações Unidas, 28 Estados de África e do Médio Oriente foram listados como neles tendo lugar os diversos tipos de MGF, afetando desde 1,4% da população feminina entre os 15 e os 49 anos nos Camarões até 97,9% na Somália. Segundo o Relatório de

Imigração, Fronteiras e Asilo de 2011, residiam em Portugal 23.146 nacionais dos países daquela lista, entre os quais 9.182 mulheres. Desses residentes, 18.487 (7.957 mulheres) eram oriundos da Guiné-Bissau (onde a MGF atingirá 44,5% da população feminina entre os 15 e os 49 anos, de acordo com dados de 2005), 1.626 (394 mulheres) do Senegal e 1.549 (362 mulheres) da República da Guiné, sendo os números de residentes dos restantes países listados, praticamente residual.

Segundo Graça Rocha, da direção de serviços da Cooperação do Camões, IP, que representa este instituto público no Grupo de Trabalho Intersetorial sobre Mutilação Genital Feminina, há relatos de situações da prática de MGF que se passam em Portugal ou de encaminhamento de crianças, aproveitando as férias escolares, ao país de origem para a referida prática. A lei portuguesa tipifica a MGF como crime, seja ela praticada no país, seja no exterior a mando de alguém residente em Portugal.

O projeto de estudo sobre a MGF, que durará um ano, deverá identificar em Portugal – o 8º país da Europa a realizar este tipo de levantamento – a população feminina (definida como «meninas, raparigas e mulheres») «vítimas e em risco de excisão» no país, tendo como referência os 4 diferentes tipos de mutilação, classificados e descritos em

2007 pela Organização Mundial de Saúde.

### OBJETIVOS

O objetivo da investigação, realizada no âmbito do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (II PAEMGF), é «reforçar o conhecimento sobre a MGF no contexto nacional e potenciar o desenvolvimento de políticas de intervenção» numa área na qual Portugal atua desde 2002 através de Organizações Não Governamentais que teve o seu primeiro Programa de Ação no período de 2007 a 2010.

O estudo, além de um do retrato quantitativo do fenómeno, deverá também formular uma «análise qualitativa sobre as representações que as comunidades têm sobre esta prática, bem como a sua perceção sobre a adequação das políticas públicas nacionais existentes com vista à sua eliminação» e produzir recomendações.

Pretende-se ainda conhecer o local onde é praticada a excisão (Portugal ou em outro país), a idade das meninas e raparigas e outras evidências que sejam consideradas significativas na vivência das comunidades.

Este estudo é mais um passo para combater a MGF em Portugal, onde o problema atingiu o patamar das políticas públicas em 2007, quando da constituição do Grupo de Trabalho Intersetorial sobre a Mutilação Genital Feminina, por iniciativa do setor das organizações não-governamentais e de diversas entidades públicas, entre as quais o ex-IPAD (atual Camões, IP).



## África do Sul Estudos Portugueses em Pretória e Witwatersrand

As universidades de Pretória e Witwatersrand (Joanesburgo), na África do Sul, vão criar em 2014 cursos *major* (licenciaturas) de Estudos Portugueses, na sequência de protocolos assinados este ano, com o Camões, IP.

Estes protocolos de cooperação fazem parte de um conjunto de 4 assinados nos últimos meses entre o Camões, IP e diversas instituições daquele país para o ensino da língua portuguesa na África do Sul.

«O interesse crescente na aprendizagem do português na África do Sul e a oferta cada vez mais acentuada de cursos por parte de instituições universitárias sul-afrikanas reflete a enorme importância estratégica que a língua portuguesa tem, não só no país, mas em toda a região da SADC [Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral]», afirma Rui Vicente de

Azevedo, coordenador do Ensino Português na África do Sul, Namíbia, Suazilândia e Zimbábue.

A SADC inclui além da África do Sul, o Botsuana, a República Democrática do Congo, o Lesoto, Madagáscar, o Malauí, as Maurícias, a Namíbia, as Seychelles, a Suazilândia, a Tanzânia, a Zâmbia e o Zimbábue, e ainda Angola e Moçambique.

O protocolo com a Universidade de Pretória, onde já está colocado um leitor selecionado pelo Camões, IP, Miguel Gullander, prevê a criação de um curso *major* em Estudos Portugueses nos programas de BA (*Bachelor of Arts*) na Faculdade de Humanidades da Universidade, a partir de 2014. O curso *major* em Estudos Portugueses é essencialmente destinado aos estudantes que tenham realizado o exame de Português como *second additional*

language no 12.º ano (*Matric*)

O protocolo estabelece igualmente a oferta de cursos de formação de professores de língua portuguesa nos cursos de graduação da Faculdade de Educação, a partir de 2015 e a Universidade de Pretória propõe-se ainda oferecer aulas de Português como curso livre a estudantes que não tenham conhecimento prévio da língua ainda no presente ano letivo.

Um outro protocolo foi celebrado com aquela que é para muitos a mais prestigiada universidade sul-afrikanas, a Witwatersrand, de Joanesburgo. O documento prevê a criação do curso *major* em Estudos Portugueses no quadro da lógica de integração do português como língua estrangeira no currí-

culo escolar da África do Sul.

Permitirá a uma parte dos 120 alunos dos cursos de Língua Portuguesa já existentes na universidade, onde se encontra a lecionar uma docente contratada com o apoio financeiro do Camões, IP, Ana Rocha, a continuação dos seus estudos até à conclusão do grau de licenciatura nas variantes de Ensino e/ou Tradução e Interpretação.

### COOPERAÇÃO COM A ALLIANCE FRANÇAISE

De forma a poder dar resposta à procura crescente de aulas de língua portuguesa pelo público adulto, foi iniciado em 2011 um programa de cooperação com as *Alliance Française* na África do Sul, com vista ao ensino de Português Língua Estrangeira (PLE) nas suas instalações. «O início destes cursos permitiu responder à solicitação do público sul-afrikanos e lusodescendente que demonstrou um elevado grau de procura pela aprendizagem da língua portuguesa», declara Rui Azevedo.

Depois de Pretória, da Cidade do Cabo e de Joanesburgo, o protocolo assinado este ano com a *Alliance Française* de Durban é o mais recente dos instrumentos de cooperação com aquela instituição francesa na África do Sul.



Senando da Universidade de Witswatersrand

FOTOGRAFIA SWITZCCORR

Segundo Graça Rocha, o Grupo de Trabalho tem a particularidade, por comparação com grupos idênticos existentes noutros países europeus, de «sentar à mesma mesa instituições governamentais [Presidência do Conselho de Ministros (CIG e ACIDI)] e ministérios de Negócios Estrangeiros, Justiça, Administração Interna, Educação e Ciência, Saúde, Economia, Solidariedade e Segurança Social], não-governamentais [UMAR, APF] e associações [de imigrantes – Associação *Uallado Fola*]», bem como organizações intergovernamentais como a CPLP e a OIM.

O trabalho conjunto é um bom exemplo a nível da Europa, na medida que noutras paragens os Estados remetem a questão da MGF para a sociedade civil ou atribuem-lhe um tratamento setorial, isto é, da responsabilidade de um único ministério. A coordenação do Grupo de Trabalho é atualmente da responsabilidade da secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares da Igualdade, Teresa Morais, no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros, de quem depende a CIG.

Embora sendo em primeira instância uma questão de direitos humanos, têm sido as perspetivas da saúde e da educação que mais têm ocupado o Grupo de Trabalho. «Pela educação, porque é por aí que se deve começar quando se quer mudar as mentalidades, e pela saúde, porque é de facto uma questão de saúde pública», tanto mais que, contrariamente ao que se poderia pensar, «a comunidade médica não está tão alerta para a questão como se possa

pensar», mesmo entre os clínicos cuja especialidade levaria a crer que estariam, considera Graça Rocha.

A Direção-Geral de Saúde tem trabalhado sobre o assunto e o ex-IPAD financiou inclusive um manual de formação para técnicos de saúde, que aborda as questões da prevenção e tratamento da MGF. O Grupo de Trabalho produziu também um folheto informativo sobre a matéria, distribuído em Portugal pelo sistema de saúde e pelos espaços em que se sabe que passam pessoas oriundas de comunidades afetadas pela prática da MGF, em que se explica o que é e se indica quem consultar e quem pode ajudar.

**GUINÉ-BISSAU**

Mas estando o Camões, IP, virado nas suas áreas de atuação (cooperação, língua e cultura e) para o exterior, tem vindo a desenvolver ações de formação no campo da MGF, junto dos seus agentes de cooperação, de acordo com o código de conduta que os rege.

Estão nesse caso os professores portugueses que são colocados na Guiné-Bissau nos projetos de apoio ao sistema educativo daquele país, que frequentam um módulo sobre MGF no âmbito da preparação que recebem antes de partir para o terreno. O objetivo é não só dar-lhes a conhecer a existência da prática da MGF, como prepará-los para as

questões que, eventualmente, lhes venham a ser colocadas no terreno.

Em dezembro passado, o atual secretário Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Francisco Almeida Leite, lembrou numa conferência internacional sobre o combate a todas as formas de violência contra as mulheres, realizada em Lisboa, que a Guiné-Bissau é um dos países onde a prática da MGF «atinge números preocupantes, continuando a provocar mortes, e cujas consequências físicas e psicológicas acompanham as mulheres vítimas de mutilação até aos seus últimos dias».

O próprio Estado guineense constituiu um Comité Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança (violência no casal, casamentos forçados e MGF, nomeadamente) e o seu parlamento aprovou uma lei, em junho de 2011, que criminaliza a MGF, cuja erradicação através de uma alteração dos comportamentos é vista como uma tarefa prolongada, porque «a mudança de tradições e culturas muito enraizadas leva muito tempo, exige muita informação e muita sensibilização», no dizer dos próprios guineenses. Mas, na conferência de Lisboa, o ex-juiz do Supremo Tribunal da Guiné-Bissau Kaffit Kosta referiu que a prática da MGF,

não obstante ser punível por lei, continua a perpetuar-se em quase todo o território bissau-guineense.

Há a ideia de que a MGF está associada à religião, nomeadamente ao Islão, devido à distribuição da sua prevalência geográfica no mundo. Na realidade, são práticas anteriores ao Islão e que este não acolhe no seu corpo doutrinário. E, de acordo com a declaração conjunta de 2008, «em todas as sociedades em que é praticada, a mutilação genital feminina é uma manifestação da desigualdade de género», que à semelhança de outras práticas já extintas – enfiamento dos pés, prática do dote, casamento de crianças – «representa uma forma de controlo social sobre a mulher».

Sendo a defesa dos Direitos Humanos «uma das linhas mestras das intervenções que a cooperação portuguesa vem vindo a desenvolver nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e em Timor Leste», o Camões, IP, ajudou à produção de um folheto informativo destinado à Guiné-Bissau, com partes do texto em crioulo guineense, que entretanto está a ser reformulado para distribuição entre a comunidade guineense em Portugal.

O Grupo de Trabalho sobre a MGF tem, no entanto, uma ação que transcende as comunidades imigrantes e tem assim atuado no sentido de sensibilizar grupos que lidam com as populações e que não estavam alerta para esta temática específica, como sejam as polícias, os magistrados e os jornalistas (através da sua introdução na formação ministrada pelo Cenjor). ■



**Glossário**

**MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA**

**O que é?**

A MGF inclui todas as intervenções que envolvam a remoção parcial ou total dos órgãos genitais femininos externos ou que provoquem lesões nos órgãos genitais femininos, por razões não médicas.

**CLASSIFICAÇÃO**

**Tipo I**

Remoção parcial ou total do clítoris e/ou do prepúcio (clitoridectomia).

**Tipo II**

Remoção parcial ou total do clítoris e dos pequenos lábios, com ou sem excisão dos grandes lábios (excisão).

**Tipo III**

Estreitamento do orifício vaginal através da criação de uma membrana selante, pelo corte e aposição dos pequenos lábios e/ou dos grandes lábios, com ou sem excisão do clítoris (infibulação).

**Tipo IV**

Todas as outras intervenções nefastas sobre os órgãos genitais femininos por razões não médicas, por exemplo: punção/picar, perfuração, incisão/ corte, escarificação e cauterização.

Fonte: Eliminação da Mutilação Genital Feminina. Declaração Conjunta. OHCHR, ONUIDA, PNUD, UNICEF, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS. Edição original de 2008 da OMS.

**Cátedra Fidelino Figueiredo inaugurada na Baía**

■ A primeira cátedra na área dos Estudos Portugueses no nordeste brasileiro foi inaugurada a 13 de junho na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A nova cátedra, que conta com o patrocínio do Camões, IP, tem como centro da sua atividade os estudos relacionados com a cultura e a literatura ibero-afro-brasileira e leva o nome de Fidelino Figueiredo, professor, escritor, historiador e crítico literário, cujo acervo vai ser também objeto da investigação.



Fidelino de Figueiredo

Com a inauguração da nova cátedra, que coincidiu com o 30º aniversário da UNEB, eleva-se para quatro o número de cátedras do Camões, IP, no Brasil. As outras três são as cátedras *Padre António Vieira* (Rio de Janeiro), *Agostinho da Silva* (Brasília) e *Jaime Cortesão* (S. Paulo). Segundo uma nota de imprensa, «pretende-se que sejam viabilizadas ações conjuntas, de modo a que as quatro

cátedras do Camões, IP, no Brasil trabalhem em rede e que sejam também envolvidos professores das universidades do Estado da Baía (como membros efetivos) e outros docentes brasileiros, como

membros convidados» da cátedra *Fidelino Figueiredo*.

A nova cátedra é dotada de um comité de gestão, presidido por Rita Aparecida Santos, professora da UNEB, juntamente com investigadores das quatro universidades estaduais baianas, de acordo com o sítio da UNEB.

Uma página eletrónica divulgará as atividades da nova cátedra, «assim como as parcerias com outras universidades e outros polos de pesquisa, os professores e escritores envolvidos, os projetos e eventos. Este sítio na internet será também uma plataforma de divulgação dos resultados obtidos, visando facilitar o acesso às pesquisas efetuadas no âmbito da Cátedra».

Fidelino de Sousa Figueiredo (Lisboa, 1888-1967) formou-se em Ciências Histórico-Geográficas e especializou-se na área da História e da crítica literária, publicando, nas primeiras décadas do século XX, obras de grande fôlego sobre a história da literatura portuguesa clássica, romântica e realista. Como estudioso da cultura em geral e da literatura em particular, algumas das suas investigações são consideradas trabalhos essenciais para a compreensão das literaturas de língua portuguesa. ■

**Prémio António José da Silva 23 obras a concurso**

■ Um total de 23 obras concorre este ano, em Portugal, ao 7º Prémio Luso-Brasileiro de Dramaturgia *António José da Silva*, cujo vencedor deverá vir a ser conhecido depois do verão. No Brasil, a Fundação Nacional de Artes do Ministério da Cultura (FUNARTE), promotora do prémio conjuntamente com o Camões, IP, recebeu 232 candidaturas. À 6ª edição do Prémio tinham concorrido 18 textos em Portugal e 244 no Brasil.

Os jurados portugueses do Prémio deste ano são o ator João Neves, do Teatro Nacional D. Maria II, o encenador João Brites, do Teatro *O Bando*, e a investigadora Ana Rita Martins, do Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

O júri escolherá os 4 textos originais finalistas de autores portugueses que serão submetidos, juntamente com 4 textos de autores brasileiros

escolhidos pelo júri brasileiro, ao júri luso-brasileiro, que reunirá em setembro por vídeo-conferência.

A obra vencedora será editada nos dois países e o seu autor receberá um prémio pecuniário montante de 15 mil euros.

O Prémio Luso-Brasileiro de Dramaturgia António José da Silva tem por objetivo incentivar a escrita dramaturgicamente em língua portuguesa em todos os seus géneros (teatro para adultos, teatro para a infância e para a juventude), impulsionar o surgimento de novos dramaturgos de língua portuguesa e reforçar as parcerias de desenvolvimento e cooperação cultural entre Portugal e o Brasil.

Os dramaturgos portugueses que já foram distinguidos com este prémio são: José Maria Vieira Mendes, em 2007, com *A Minha Mulher*; Abel Neves, em 2009, com *Jardim Suspenso*, Luis Mário Lopes, em 2011, com *Vizinhança* e Luis Miguel Patrício Campião, em 2012, com a peça *Nossa Senhora da Açoteia*, lançada a 28 de maio no Teatro Nacional D. Maria II, numa sessão em que o ator José Neves leu a peça publicada pela Chiado Editora. Do Brasil, foram premiados Fábio Mendes, em 2008, com *The Cachorro Manco Show*, e Marco Catalão, em 2010, com *Agro Negócio*. ■

## Conferência sobre a língua portuguesa acolhe propostas de comunicação

Até 30 de junho decorre o prazo para a apresentação de propostas de comunicação para a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial - Língua Portuguesa Global - Internacionalização, Ciência e Inovação, que terá lugar a 29 e 30 de outubro de 2013 na Reitoria da Universidade de Lisboa e Faculdade de Letras de Lisboa.

A reunião, que reunirá académicos dos países de língua portuguesa, constitui o «segmento inicial» de uma reunião de ministros da CPLP, destinada a avaliar, entre outros assuntos, o estado de execução do Plano de Ação de Brasília, aprovado em 2010, aquando da I Conferência.

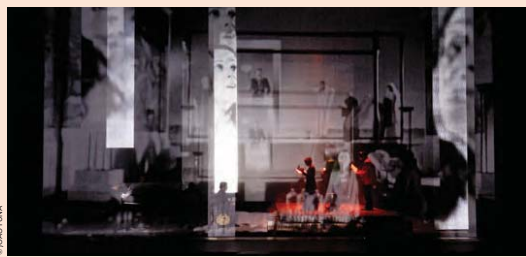
O foco no tema *Língua Portuguesa Global - Internacionalização, Ciência e Inovação*, pretende «conhecer perspetivas e projetar ações atinentes à relação entre a Língua Portuguesa e a divulgação do conhecimento e da inovação por todo o mundo», segundo se lê no sítio da conferência em <http://www.conferencialp.org/>.

Os outros eixos temáticos da conferência, cujo programa provisório já foi divulgado, são *Internacionalização e Indústrias Culturais* (tema II), *Ensino e Formação* (tema III), *Diversidade Linguística: Políticas* (tema IV) e *Estado de Implementação do Acordo Ortográfico* (tema V).

A conferência «terá ainda a participação alargada da sociedade civil, através de eventos paralelos, de natureza política, cultural, económica ou mediática, emanados de várias organizações, associações e ordens profissionais».

A realização desta conferência é organizada pelo Camões, IP, e pelas Faculdades de Letras das Universidades de Lisboa, de Coimbra, do Porto e Universidade Nova de Lisboa, todas representadas na Comissão Organizadora, de modo a conferir à sua preparação uma base académica de nível nacional. JL

## Companhia do TNSJ no Festival Tchekov de Moscovo



A companhia do Teatro Nacional de São João (TNSJ) vai levar ao Festival Internacional de Teatro Tchekov, que decorre de 4 a 6 de julho no teatro Mossoviet de Moscovo, a peça *Sombrias*, do encenador Ricardo Pais, numa ação que tem o apoio do Camões, IP. A entidade organizadora do festival convidou pela primeira vez uma companhia teatral portuguesa para integrar este evento cultural em que participam companhias de teatro de vários países e de referência internacional. O espetáculo criado por Ricardo Pais surgirá ao lado de criações de William Forsythe, Bill T. Jones, Robert Lepage, entre outros, de acordo com o sítio do TNSJ.

A peça, já apresentada em São Paulo, «sonda o modo de ser português, indagando lugares do nosso inconsciente mítico e da nossa personalidade histórica», explica a sinopse do espetáculo, que recorre a «as mais belas palavras escritas em português» por autores como António Ferreira, Almeida Garrett, Fernando Pessoa, entre outros, e ainda a música, com destaque para o Fado. JL

## Prémio Giovanni Pontiero 2013

Josep Domènech Ponsatí foi o vencedor do XIII Prémio de Tradução *Giovanni Pontiero*, pela tradução do romance *Vidas Secas* (*Vidas seques*), do escritor brasileiro Graciliano Ramos, publicado originalmente em 1938 e agora dado à estampa em catalão pela Adesiara Editorial.

O galardão, no valor de 6 mil euros, foi atribuído em maio pelo Centro de Língua Portuguesa/Camões, IP de Barcelona e pela Facultat de Traducció i Interpretació (FTI) da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB).

O Prémio destina-se a traduções de obras literárias, de qualquer género, escritas originalmente em língua portuguesa e publicadas em espanhol e catalão (respetivamente nos anos pares e nos anos ímpares). Na presente edição foram apresentadas 6 traduções para catalão, recebidas de diversos pontos dos territórios de língua catalã. JL

## Souto de Moura em Paraty...

Depois de Seul, no final de 2012, a exposição 'Eduardo Souto de Moura - Concursos: 1979-2010', esteve agora patente em Tóquio, entre 4 e 10 de junho, na Galeria Hillside Forum, do complexo Daikanyama Hillside Terrace, numa iniciativa promovida pela Embaixada de Portugal no Japão, em parceria com o Centro Cultural Português, ESPAÇOS - Portugal.

A mostra, com curadoria do arquiteto português André Campos, expôs 50 trabalhos realizados para concursos lançados pelo Prémio Pritzker de 2011 nos últimos 30 anos, recorrendo a desenhos, fotografias, projetos e maquetas. Visou também «dar a conhecer o trabalho de um dos mais prestigiados arquitetos a nível nacional e contribuir para difundir a excelência da arquitetura e da construção portuguesas à luz da realização dos Jogos

Olimpícos de Inverno, em 2014, na Rússia, e do Mundial de Futebol da FIFA, em 2018».

No âmbito da exposição foi projetado o filme documental *10 Perguntas à Mesa* sobre Souto de Moura, realizado por Takashi Sugimoto, realizador japonês residente em Portugal.

Mais do que uma exposição sobre o 'produto final' da arquitetura, a escolha dos materiais exibidos (os esboços iniciais do arquiteto e materiais de apoio no desenvolvimento dos projetos, a par das fotografias e maquetes) deu visibilidade ao habitualmente invisível método de trabalho, por detrás da tangibilidade da arquitetura.



## ... depois de Tóquio

Depois de Seul, no final de 2012, a exposição 'Eduardo Souto de Moura - Concursos: 1979-2010', esteve agora patente em Tóquio, entre 4 e 10 de junho, na Galeria Hillside Forum, do complexo Daikanyama Hillside Terrace, numa iniciativa promovida pela Embaixada de Portugal no Japão, em parceria com o Centro Cultural Português, ESPAÇOS - Portugal.

A mostra, com curadoria do arquiteto português André Campos, expôs 50 trabalhos realizados para concursos lançados pelo Prémio Pritzker de 2011 nos últimos 30 anos, recorrendo a desenhos, fotografias, projetos e maquetes. Visou também «dar a conhecer o trabalho de um dos mais presti-

giados arquitetos a nível nacional e contribuir para difundir a excelência da arquitetura e da construção portuguesas à luz da realização dos Jogos Olímpicos de Inverno, em 2014, na Rússia, e do Mundial de Futebol da FIFA, em 2018».

No âmbito da exposição foi projetado o filme documental *10 Perguntas à Mesa* sobre Souto de Moura, realizado por Takashi Sugimoto, realizador japonês residente em Portugal.

Mais do que uma exposição sobre o 'produto final' da arquitetura, a escolha dos materiais exibidos (os esboços iniciais do arquiteto e materiais de apoio no desenvolvimento dos projetos, a par das fotografias e maquetes) deu visibilidade ao habitualmente invisível método de trabalho, por detrás da tangibilidade da arquitetura.

Tal como o público sul-coreano, o público japonês pôde apreciar o trabalho de um arquiteto de quem o júri do Prémio Pritzker disse ter produzido «um corpo de trabalho que é do nosso tempo mas que

Tal como o público sul-coreano, o público japonês pôde apreciar o trabalho de um arquiteto de quem o júri do Prémio Pritzker disse ter produzido «um corpo de trabalho que é do nosso tempo mas que também traz ecos de tradições arquitetónicas. Os seus edifícios têm uma capacidade única de transmitir a um tempo características aparentemente conflituosas - poder e modéstia, desafio e subtileza, firme autoridade pública e um sentimento de intimidade.».

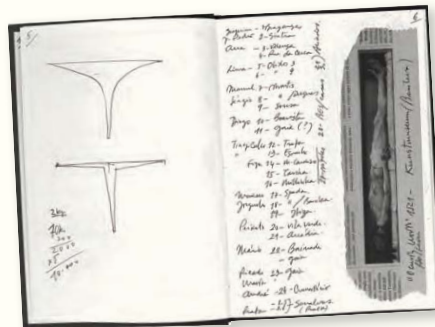
Durante o período da exposição, e tendo em conta as dimensões da Galeria Hillside Forum, foi mostrada a exposição de cartazes *Azulejo Português: Diálogos Contemporâneos*, produzida pelo Museu Nacional do Azulejo para o Camões, IP, destinada a itinerância internacional, complementada por trabalhos de dois artistas japoneses, Jun Shirasu e Haru Ishii.

No último dia da exposição, a 10 de junho, no espaço mais amplo da Galeria que tem uma área de restauração associada, estava prevista a habitual comemoração do Dia de Portugal com a presença de membros do Governo japonês, corpo diplomático e elementos da comunidade portuguesa residente no Japão. JL

também traz ecos de tradições arquitetónicas. Os seus edifícios têm uma capacidade única de transmitir a um tempo características aparentemente conflituosas - poder e modéstia, desafio e subtileza, firme autoridade pública e um sentimento de intimidade.».

Durante o período da exposição, e tendo em conta as dimensões da Galeria Hillside Forum, foi mostrada a exposição de cartazes *Azulejo Português: Diálogos Contemporâneos*, produzida pelo Museu Nacional do Azulejo para o Camões, IP, destinada a itinerância internacional, complementada por trabalhos de dois artistas japoneses, Jun Shirasu e Haru Ishii.

No último dia da exposição, a 10 de junho, no espaço mais amplo da Galeria que tem uma área de restauração associada, estava prevista a habitual comemoração do Dia de Portugal com a presença de membros do Governo japonês, corpo diplomático e elementos da comunidade portuguesa residente no Japão. JL



**Camões, IP**  
Av. da Liberdade, n.º 270  
1250-149 Lisboa  
TEL. 351+213 109 100  
FAX. 351+213 143 987  
[www.instituto-camoes.pt](http://www.instituto-camoes.pt)  
[jlencarte@camoes.mne.pt](mailto:jlencarte@camoes.mne.pt)  
PRESIDENTE Ana Paula Laborinho  
COORDENADORA Margarida Duarte  
COLABORAÇÃO Carlos Lobato